

Relatório da CPI fica pronto no dia 10

Hoje, o relator Amir Lando deve ouvir o empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin na sede da Polícia Federal em Brasília

O presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Antonio Carlos Biscaia, afirmou ontem que o relatório da comissão deverá ser divulgado no próximo dia 10. Ele disse que está

analisando um CD enviado pela Polícia Federal de Cuiabá com sete depoimentos de integrantes da máfia das ambulâncias. O empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin, sócio-proprietário da

empresa Planam, será ouvido hoje pelo relator da CPI, senador Amir Lando. O deputado Fernando Gabeira anunciou ontem a inclusão de mais dois deputados federais na lista de investigados, que subiu para

92 parlamentares. O senador Magno Malta afirmou que renunciará ao mandato se encontrarem uma emenda sua destinando recursos para ambulâncias no esquema investigado pela CPI. **Páginas 4 e 5**

Comissão aprova fundo para financiar a renda básica

O projeto do senador Eduardo Suplicy que autoriza o Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. O fundo se destina a financiar a renda básica de cidadania. Segundo a proposta, constituirão recursos da renda básica de cidadania, além das dotações orçamentárias da

União, 10% da participação acionária da União nas empresas pública e sociedades de economia mista, recursos oriundos da concessão de serviço público e de obra pública, entre outras fontes. Para gerir o fundo, deve ser instituído um conselho deliberativo de nove membros, dos quais cinco representam a sociedade civil. **Página 8**



Fotos: Jane Araújo

Proposta que pretende viabilizar o programa Renda Básica de Cidadania foi acolhida pela CAE em decisão terminativa

CCJ pode votar hoje o fim da reeleição para presidente, governador e prefeito

Página 2

Senadores debatem amanhã com ministros ações afirmativas

Página 8



Os integrantes da Comissão de Educação também aprovaram ontem projeto que institui o seguro educacional

Professor da rede pública em todo o país pode ter piso salarial

Por unanimidade, a Comissão de Educação aprovou ontem projeto do senador Cristovam Buarque que autoriza o Poder Executivo a instituir piso salarial profissional nacional dos educadores públicos. Emenda da relatora Lúcia Vânia estabelece que, no ano seguinte ao de sanção da lei, os professores com formação

em nível médio terão o piso salarial fixado em R\$ 800 e os habilitados em nível superior, em R\$ 1,1 mil. O piso, a ser instituído no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, será garantido, segundo a proposta, aos profissionais que cumpram jornada de trabalho de 40 horas semanais. **Página 8**

Proposta de Sibá fixa mandato de presidente em cinco anos, mas Jereissati apresentou substitutivo contrário à mudança

CCJ vota hoje fim da reeleição para cargos do Executivo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota hoje, a partir das 10h, proposta de emenda à Constituição que acaba com a reeleição e fixa em cinco anos o mandato do presidente da República. O projeto, encabeçado pelo senador Sibá Machado (PT-AC), também estende o fim da reeleição a governadores e prefeitos, bem como a quem os houver substituído nos seis meses anteriores ao pleito. Mas não fixa o período dos seus mandatos.

O relator da matéria (PEC 41/03), senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), apresentou substitutivo ao texto original. Ele mantém o fim da reeleição – para vigorar a partir de 2010 –, mas é contrário ao aumento do tempo de mandato do presidente da República de quatro para cinco anos.

Se aprovada, a PEC de Sibá, que tramita em conjunto com outras cinco propostas que tratam do mesmo assunto, segue para análise do Plenário do Senado.

Geovani Borges e Roberto Cavalcanti são empossados como senadores

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA), na presidência da sessão de ontem, deu posse no Senado a Geovani Pinheiro Borges (PMDB), que ocupa a cadeira do também peemedebista Gilvam Borges, representando o estado do Amapá. Gilvam pediu licença para tratamento de saúde.

Alvaro Dias (PSDB-PR), que na ocasião exercia a secretaria da Mesa, informou que o nome parlamentar do recém-empossado será Geovani Borges.

Também ontem, Roberto Cavalcanti Ribeiro assumiu a cadeira do senador José Maranhão

(PMDB-PB), que se licenciou para disputar o cargo de governador. Alvaro Dias deu posse ao novo senador (PRB). Romeu Tuma, na função de 1º secretário da Mesa, anunciou que o nome parlamentar do senador será Roberto Cavalcanti.



Borges, ao lado de Sarney e João Alberto, toma posse

Roosevelt Pinheiro

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Orçamento impositivo na pauta do Plenário do Senado

A sessão de hoje está marcada para as 14h. Entre as matérias em discussão está a proposta de emenda constitucional que torna o Orçamento impositivo e a que

obriga o presidente da República a vir ao Congresso entregar a mensagem de abertura do ano legislativo. O presidente do Senado, Renan Calheiros, tem encontro com o

desembargador Carmo Antônio de Souza, vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, e com estudantes do Programa Eleitor do Futuro, às 10h30, na Presidência

Punição para quem descumprir controle da aftosa

Às 9h30, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se para analisar, entre outras matérias, o projeto que penaliza quem não cumprir as normas de combate à febre aftosa. Às 11h, a Comissão

de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) deve votar projeto que inclui como beneficiários do crédito rural arrendatários, parceiros, consórcios e condomínios de produtores rurais, bem como os quilombolas.



Celso Amorim discute situação de brasileiros no Líbano

Às 10h, o ministro Celso Amorim fala à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) sobre os brasileiros que estão sofrendo

com o conflito entre Israel e Líbano e as providências tomadas pelo governo, além das negociações da Rodada Doha. Às 15h, a Comissão

de Serviços de Infra-Estrutura (CI) deve votar indicações para a direção da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).



Subcomissão examina subsídios para a produção audiovisual

Às 10h, a Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social discute proposta de fomento da atividade audiovisual brasileira. Participam do debate o presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine), Gustavo Dahl; o diretor-executivo da Globo Filmes, Carlos Eduardo Rodrigues; entre outros.

Comissão de Justiça debate segurança alimentar

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza reunião a partir das 10h. Na pauta, projeto do Executivo que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), e que obriga o poder público a formular e implementar políticas, planos, programas e ações com vistas a assegurar o direito a uma alimentação adequada.



CMO analisa relatórios financeiros

Em reunião marcada para as 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) vota relatórios sobre demonstrações financeiras do Banco Central e sobre demonstrações contábeis dos fundos constitucionais de financiamento do Centro-Oeste e do Nordeste, entre outras matérias.

Pré-estréia de Zuzu Angel

Às 19h30, será realizada a pré-estréia do filme *Zuzu Angel*, no Auditório Petrônio Portella, com a presença do diretor Sérgio Rezende e parte do elenco. Figurinista conhecida internacionalmente, Zuzu Angel era mãe do militante Stuart Angel Jones, preso em 1971, que foi torturado e assassinado.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e

Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Alvaro Dias, Wellington Salgado, Romeu Tuma e Augusto Botelho e pela senadora Heloísa Helena



Ana Júlia: "agradeço ao governo, que ouviu a necessidade do calendário amazônico"

Senadora comemora liberação de recursos federais para o Pará

A liberação, pelo governo federal, de mais de R\$ 560 milhões para o Pará, foi comemorada por Ana Júlia Carepa (PT-PA). Desse total, R\$ 507 milhões são destinados ao programa de reforma agrária. O restante (cerca de R\$ 40 milhões) deve ser aplicado em obras rodoviárias que, segundo a senadora, tornam-se urgentes com a chegada da estação chuvosa.

Ana Júlia disse ainda que cerca de R\$ 20 milhões serão utilizados para a substituição de pontes de madeira por de concreto e para a construção de novas pontes, todas no trecho Rurópolis-Santarém.

Os recursos foram liberados por meio da Medida Provisória 314/06, que abre crédito extraordinário para os ministérios dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional.

Tourinho: reaberto inquérito sobre vassoura-de-bruxa

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) informou que o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, atendeu solicitação dos senadores pela Bahia de reabertura dos inquéritos sobre o caso da disseminação da vassoura-de-bruxa em plantações de cacau, em 1989. O senador lembrou reportagem da revista *Veja*, publicada em junho, em que Luiz Henrique Timóteo confessa seu envolvimento no caso da disseminação da praga em plantações de cacau na Bahia, o que dizimou a produção.

Timóteo, ressaltou o senador, confessou que foi um ato "realizado por militantes do Partido dos Trabalhadores, com o objetivo de atingir seus adversários políticos e conquistar o poder na região".

— Os terroristas petistas levaram a fome a uma das mais promissoras regiões do país — atacou.



Tourinho lembra denúncia de ato criminoso na disseminação da praga

Secretários de Educação pedem aprovação de crédito de R\$ 400 mi

Representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) reuniram-se ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para solicitar a aprovação urgente de um crédito suplementar de R\$ 400 milhões destinado ao ensino médio. Ideli Salvatti (PT-SC) também esteve presente à reunião.

Esses recursos estão previstos no Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 4/06, que abre um crédito suplementar de R\$ 641.598.335, no Orçamento da

União, em favor do Ministério da Educação e de operações oficiais de crédito.

— Se essa verba não for liberada no início deste semestre, o ano letivo do ensino médio ficará comprometido em diversos estados, especialmente nas regiões Norte e Nordeste — declarou Maria Auxiliadora Seabra, vice-presidente do Consed para a região Norte. Ela informou que, "em vários estados, esses recursos são utilizados principalmente para pagar a folha de pessoal".



Representantes do Consed reúnem-se com Renan Calheiros e Ideli Salvatti

Comissão aprova, em decisão terminativa, projeto que exige demonstrativo de efeitos dos benefícios tributários ou financeiros nas regiões e setores econômicos contemplados

Executivo pode ter de detalhar, na LDO, incentivos governamentais

Projeto que exige do Executivo uma explicação clara à sociedade dos setores econômicos e das regiões que foram beneficiados por incentivos governamentais foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta (PLS 397/99), de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA), será submetida à votação em turno suplementar na próxima reunião da comissão, pelo fato de ter sido aprovado, de forma integral, o substitutivo feito ao projeto pelo relator da matéria, Eduardo Suplicy (PT-SP). Segundo ele, o projeto propõe a regulamentação do demonstrativo regionalizado dos efeitos sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia, previsto no artigo 165 da Constituição, que trata das leis de iniciativa do Poder Executivo.

Há um parágrafo estabelecendo que o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deverá ser



Comissão de Assuntos Econômicos aprova substitutivo de Suplicy a proposta de Lobão

acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de incentivos governamentais. Mas essa redação, segundo o relator da matéria, é "reconhecidamente imprecisa, confusa e redundante". E o projeto vem, justamente, explicitar essa questão.

O substitutivo de Suplicy estabelece que a LDO deverá ter demonstrativos que discriminem, segundo o setor de atividades e macrorregiões do país, os be-

nefícios tributários, por tributo e contribuições; os benefícios financeiros ou creditícios, por espécie de operação de crédito; um texto com a descrição da metodologia adotada na sua elaboração; quadros analíticos comparativos com o detalhamento previsto nas execuções; estimativas dos benefícios tributários e financeiros; e explicações sobre eventuais diferenças entre valores estimados e realizados, entre outras exigências.

Mantega e Amorim participarão de audiências na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou requerimento convidando o ministro da Fazenda, Guido Mantega, a comparecer ao colegiado a fim de esclarecer dúvidas e distorções a respeito dos números sobre os investimentos da União. O requerimento é de autoria do líder do PSDB, Arthur Virgílio Neto (AM), e de Tasso Jereissati (PSDB-CE).

No requerimento, Virgílio e Jereissati argumentam que o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou matéria informando que os núme-

ros apresentados pelo ministro da Fazenda para tentar mostrar que os investimentos no atual governo ultrapassam os do governo passado não correspondem aos valores efetivamente realizados.

Outro requerimento aprovado pela comissão, de autoria de Eduardo Suplicy (PT-SP), é o que convida o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para uma reunião conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e da CAE para prestar esclarecimentos

sobre as recentes negociações da Rodada Doha, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Genebra nos dias 22 e 23 de julho.

As datas das audiências ainda não foram marcadas.

Os senadores também aprovaram requerimento de Pedro Simon (PMDB-RS) pedindo a inclusão do PLS 568/99 na pauta. A matéria visa conceder isenção de impostos para a aquisição de tratores populares por pequenos e médios produtores rurais.

Mensagem sobre Transpetro será examinada hoje

A Comissão de Assuntos Econômicos decidiu examinar hoje mensagem com pedido do presidente da República para ampliar em R\$ 5,6 bilhões a capacidade de endividamento da Transpetro, subsidiária da Petrobras. O objetivo é dar suporte a programa de ampliação e renovação da frota de navios e estimular a recuperação da indústria naval



Borges: pressa do governo é para garantir discurso eleitoral

brasileira, com encomendas a estaleiros nacionais.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), defendeu que a apreciação fosse feita ainda na reunião de ontem. No

entanto, prevaleceu a idéia de que a matéria não poderia ser examinada, por ainda estar sem parecer do relator indicado, Romeu Tuma (PFL-SP). Para César Borges (PFL-BA), a pressa dos governistas está associada a interesse eleitoral. "O governo só quer garantir o discurso de que está recuperando o setor e criando empregos", disse.

Também ontem foi aprovada mensagem do Executivo (MSF 187/06) referente à programação monetária para o terceiro trimestre de 2006, referendada pelo Conselho Monetário Nacional.

Presidente da comissão anuncia recebimento de CD com depoimentos de sócios da Planam e da ex-assessora do Ministério da Saúde Maria da Penha Lino

Relatório da CPI deve ser divulgado no próximo dia 10, afirma Biscaia

O presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), afirmou ontem, em entrevista à imprensa, que o relatório da comissão de inquérito deverá ser divulgado no próximo dia 10. Ele anunciou que está analisando um CD enviado pela Polícia Federal (PF) de Cuiabá com sete depoimentos de integrantes do grupo criminoso que responde a processo por participação no esquema de fraudes para a compra de ambulâncias com recursos do Orçamento.

Entre os depoimentos recebidos pela CPI constam os de Darci Vedoin e de Ronildo Medeiros, também sócios da Planam, além do de Maria da Penha Lino, ex-assessora do Ministério da Saúde acusada de intermediar as negociações naquele órgão. Os demais

depoimentos são de parentes de Vedoin e Ronildo: Maria Estela de Silva, Rogério de Freitas, Jairo Landoni e Ricardo Waldomann.

Executivo

Quanto à criação de uma nova sub-relatoria para investigar a participação do Executivo no esquema de compra superfaturada de ambulâncias, Biscaia destacou que essa é uma prerrogativa do relator, senador Amir Lando (PMDB-RO). No entanto, o presidente da CPI posicionou-se contrário à realização de uma audiência pública para ouvir três ex-ministros da Saúde (José Serra, José Saraiva Felipe e Humberto Costa), como desejam alguns membros da comissão.

– A minha posição não é favorável a ouvir os ex-ministros neste momento, porque uma

audiência pública tumultuaria os trabalhos da CPI e a transformaria numa disputa político-eleitoral – opinou.

Para o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), a partir da divulgação do relatório da CPI, em 10 de agosto, as Mesas das duas Casas do Congresso Nacional já estarão aptas a abrir processos de cassação dos mandatos dos parlamentares que, comprovadamente, participaram do esquema de fraudes.

– A Câmara poderá pegar todos os parlamentares que comprovadamente receberam depósitos em suas contas e propor ao Conselho de Ética que os julgue no mesmo dia – salientou Gabeira, para quem já há provas suficientes para a cassação de muitos parlamentares.

Corregedoria abrirá investigação contra os três senadores acusados

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), informou ontem, em entrevista à imprensa, que vai abrir investigação contra os três senadores acusados de participação no esquema de compra superfaturada de ambulâncias: Ney Suassuna (PMDB-PB), Serys Slhessarenko (PT-MT) e Magno Malta (PL-ES). Integrante da CPI dos Sanguessugas, Tuma salientou, no entanto, que a abertura de investigação contra os parlamentares não indica, neste momento, que a participação deles no esquema tenha sido comprovada.

– É preciso investigar para ver se são responsáveis – enfatizou, ao informar que primeiro serão interrogados os funcionários dos gabinetes parlamentares dos acu-

sados, para depois serem ouvidos os senadores.

Para determinar a abertura de investigação, Tuma explicou ainda que a Corregedoria baseou-se em documentação recebida da CPI, com os depoimentos que envolviam os senadores, e nos inquéritos abertos pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

– Quando o STF determina a abertura de inquérito, é porque já houve prática de crime – disse.

Autor de um requerimento para que a CPI ouça, em audiência, os três ex-ministros da Saúde citados nos depoimentos do grupo que vendia ambulâncias por meio de liberação de emendas ao Orçamento, Tuma acredita que a oitiva de Humberto Costa, Saraiva



Corregedor do Senado, Tuma buscará confirmar envolvimento dos parlamentares

Felipe e José Serra é importante para esclarecer como ocorria a liberação dos recursos.

– É importante ouvir os ministros que participaram da liberação das emendas desde quando começou o esquema da Planam. É preciso que eles indiquem o caminho das pedras – destacou.



Ao lado de Biscaia, Gabeira (E) afirma que deputados “foram pegos numa repescagem”

Comissão inclui mais dois deputados e lista sobe para 92 parlamentares

O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) confirmou ontem que a CPI dos Sanguessugas incluiu os deputados Philemon Rodrigues (PTB-PB) e Salvador Zimbaldi (PSB-SP) no rol das investigações. Com isso, subiu para 92 o número de parlamentares acusados de participar das fraudes na venda de ambulâncias a preços superfaturados a prefeituras, em um esquema associado à apresentação de emendas ao Orçamento da União.

Gabeira informou que os dois

“foram pegos numa repescagem”, ou seja, num reexame dos depoimentos dos donos da Planam, a empresa que coordenava o esquema das ambulâncias. Anteriormente, a CPI apenas detectara o nome dos dois deputados em conversas telefônicas gravadas.

Segundo o deputado, por falta de tempo hábil para o aprofundamento das apurações, os dois serão notificados apenas no dia 10, quando a CPI deverá divulgar o relatório referente aos 90 nomes já em exame.

Amir Lando ouve Luiz Antônio Vedoin na sede da Polícia Federal

O empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin, sócio-proprietário da Planam, será ouvido hoje, às 9h, pelo relator da CPI dos Sanguessugas, senador Amir Lando (PMDB-RO), na sede da Polícia Federal, em Brasília.

Vedoin e seu pai, Darci Vedoin, são os principais responsáveis pela venda fraudulenta de ambulâncias a prefeituras e outras instâncias do poder público com a participação de parlamentares, por meio de emendas ao Orçamento. Em depoimento de

nove dias à Justiça Federal, o empresário forneceu um mapa detalhado das operações da máfia, que teria envolvido pelo menos 92 parlamentares, com a participação eventual de assessores e familiares e 450 prefeituras, num total de R\$ 100 milhões.

Além de revelar os nomes dos participantes, Vedoin entregou provas como recibos, notas fiscais e números de contas bancárias onde foram feitos depósitos de propinas para autoridades e funcionários públicos.



Para Alvaro Dias, candidatos a cargos eletivos devem assumir compromisso

Alvaro propõe que políticos reconstruam imagem das instituições públicas

Alvaro Dias (PSDB-PR) propôs ontem que todos os candidatos a cargos eletivos – a presidente, governador, senador e deputado federal – assumam o compromisso de construir uma nova imagem para as instituições públicas brasileiras, tendo em vista o desgaste sofrido pelo Congresso e demais instâncias políticas devido aos escândalos

de corrupção envolvendo parlamentares e membros do Executivo.

O senador afirmou que a corrupção geralmente tem início nas campanhas eleitorais, o que requer que a atual legislação seja alterada e aprimorada. Ele defendeu a realização da reforma política, que considerou indispensável, dizendo que, embora não

interesse aos políticos, interessa ao país e aos brasileiros, “vítimas dos escândalos de corrupção”.

Alvaro culpou a Câmara pela descrença da opinião pública no que diz respeito aos políticos, principalmente devido à absolvição da maioria dos deputados envolvidos no mensalão. Ele citou resultado de pesquisa realizada no Paraná, segundo a qual 82%

da população não têm interesse na campanha eleitoral.

Em aparte, o senador Marco Maciel (PFL-PE) ressaltou que a reforma política deve ser a primeira grande tarefa da próxima legislatura, sob pena de o novo governo não conseguir assegurar a governabilidade necessária para fazer as demais reformas reclamadas pela sociedade.

Senador afirma estar disposto a “responder na Justiça como cidadão comum” se for encontrada uma emenda sua para a compra de ambulâncias

Magno Malta diz que renuncia se acusações forem verdadeiras

O senador Magno Malta (PL-ES) afirmou ontem que renunciará ao mandato se encontrarem uma emenda sua destinando recursos para ambulâncias no esquema de corrupção desvendado pela Operação Sanguessuga, da Polícia Federal. Ele disse estar vendo sua vida ser jogada no lixo “por um canalha” (Darci Vedoin, dono da empresa Planam).

Magno Malta fez questão de mostrar em Plenário todas as emendas que já apresentou desde que era deputado federal e disse que não conhece Darci Vedoin nem seu filho, Luiz Antonio Trevisan Vedoin.

Em relação ao automóvel que teria recebido de Darci Vedoin, Malta frisou que recebeu o carro



“Não construí minha história fraudando o Orçamento”, afirma Magno Malta

do ex-deputado Lino Rossi, mas como empréstimo de um amigo e que o devolveu há um ano e um mês em Cuiabá. Ele acrescentou que o carro estava em nome de José Luís Cardoso e não em

nome de qualquer empresa.

– Esse Vedoin talvez esteja a serviço dos bandidos investigados pela CPI do Narcotráfico, que presidi na Câmara. Não construí minha história fraudando o Orçamento – afirmou.

Malta recebeu apoio em apertes dos senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ), Sibá Machado (PT-AC), Paulo Paim (PT-RS), Romeu Tuma (PFL-SP), Ney Suassuna (PMDB-PB), Wellington Salgado (PMDB-MG), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Efraim Moraes (PFL-PB), Marcos Guerra (PSDB-ES), Eduardo Suplicy (PT-SP), João Batista Motta (PSDB-ES) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Almeida Lima quer dados sobre senadores investigados

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) pediu ontem a divulgação pela Corregedoria Parlamentar do Senado das informações acerca das investigações sobre senadores acusados de envolvimento em irregularidades. Ele disse que os senadores denunciados pela imprensa merecem “ter as condições necessárias para mostrar a lisura dos seus atos”.

Almeida Lima frisou que os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Magno Malta (PL-ES) e as senadoras Serys Silhessarenko (PT-MT) e Ideli Salvatti (PT-SC) devem ter o direito de ampla defesa perante os órgãos do Senado. O senador justificou o seu pedido afirmando que o Parlamento brasileiro tem sido “desgastado e corroído diariamente” por acusações contra deputados e senadores.



Almeida Lima: ampla defesa para senadores

Ideli e Serys falam sobre defesas apresentadas

As senadoras Ideli Salvatti (PT-SC) e Serys Silhessarenko (PT-MT) responderam ontem ao discurso pronunciado pelo senador Almeida Lima (PMDB-SE). O parlamentar citou Ideli como acusada pela imprensa de irregularidades quanto ao patrimônio que possui e registrou que a senadora Serys e os senadores Magno Malta (PL-ES) e Ney Suassuna (PMDB-PB) haviam sido acusados de envolvimento com a chamada máfia das ambulâncias.

Ideli lembrou que já havia se defendido das acusações no Plenário do Senado. Segundo ela, a situação “se arrasta há mais de ano”. A senadora acrescentou que já pediu ao procurador-geral da República que investigasse as denúncias.

Serys informou já ter entregue à CPI e à Corregedoria Parlamentar um relatório de 40 páginas e outros documentos, inclusive autorizando a quebra de seu sigilo bancário e fiscal, que provaria sua inocência no caso.

Jereissati: corruptos podem ser reeleitos para a Câmara

Tasso Jereissati (PSDB-CE) advertiu ontem, da tribuna, para a possibilidade de reeleição de um grande número de deputados federais envolvidos em escândalos de corrupção que estão sendo apurados pelo Congresso, ocorrendo apenas “uma tímida renovação” nos quadros da Câmara.



Eleição de outubro terá mensaleiros e sanguessugas, diz Tasso Jereissati

O senador avalia que a eleição de outubro próximo será “a mais corrupta da história do país”, com mensaleiros e sanguessugas competindo em grande vanta-

gem contra deputados honestos que tentam a reeleição e contra novos candidatos.

– Preparemo-nos para o pior, porque, da maneira como está ocorrendo a atual eleição para a Câmara, com certeza o próximo Congresso será pior do que este – disse o senador, para quem a corrupção nunca esteve tão institucionalizada quanto no governo Lula. Conforme Jereissati, o Executivo federal alimenta o esquema que envolve deputados da Comissão Mista de Orçamento (CMO) e prefeitos.

Bornhausen rebate comentários de Lula e critica o governo

Jorge Bornhausen (PFL-SC) rebateu, de forma indireta, supostos insultos a ele dirigidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro-chefe de Relações Institucionais, Tarso Genro, em recente visita a Santa Catarina. Na sua avaliação, como ambos teriam demonstrado falta de educação política ao criticá-lo publicamente, não mereceriam uma resposta pessoal ou qualquer consideração de sua parte.

Assim, Bornhausen preferiu, ao discursar ontem em Plenário, responder aos ataques apontando falhas no governo Lula. Inicialmente, reclamou de dois anos de atraso na liberação de recursos federais para duplicação de trechos das BRs 101, 280, 282 e 470. Quanto a investimentos



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Bornhausen cobra a liberação de recursos para obras em Santa Catarina

nos portos catarinenses, disse, só chegaram por intervenção da bancada do estado no Congresso.

O pefelista também responsabilizou o governo pelos prejuízos enfrentados pela agroindústria e pelo setor moveleiro, além de se queixar do abandono das obras de saneamento no estado.

Mozarildo pede MP que autorize Roraima a importar combustível

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) fez um apelo ao presidente da República para que edite medida provisória para autorizar o estado de Roraima a importar combustíveis da Venezuela. Ele informou que o presidente venezuelano, Hugo Chávez, e o governador de Roraima, Ottomar Pinto, já chegaram a um acordo com relação aos preços, que serão menores que os cobrados no mercado.

Mozarildo afirmou que, depois de três anos e sete meses de mandato, o presidente Lula não realizou os investimentos que o estado esperava.

– Todas as obras federais que



Mozarildo: o governo do estado já negociou preços com a Venezuela

estão sendo realizadas em Roraima são fruto de emendas parlamentares. Espero que o presidente Lula faça pelo menos a bondade de editar essa medida provisória – ressaltou.

“Atos desonestos” aumentam rejeição a Lula, afirma ACM

A candidatura de Geraldo Alckmin à Presidência da República vem crescendo porque o Brasil está “reagindo aos atos desonestos do presidente Lula”, o que tem feito crescer a sua rejeição em todo o país. A afirmação é de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), em discurso no Plenário.

O senador criticou a proposta de doação da empresa Dedini Indústria de Base, de Piracicaba (SP), beneficiada pelo Programa Nacional de Produção do Biodiesel, à campanha pela reeleição do presidente.

Em seu pronunciamento, o par-



Segundo Antonio Carlos, os sanguessugas estariam dentro do governo federal

lamentar baiano também criticou a postura do governo em relação às denúncias de envolvimento de parlamentares e membros do Executivo na máfia das ambulâncias. Para Antonio Carlos, o governo tenta passar a imagem de que quer “acabar com os sanguessugas” quando estes, avalia, pertenceriam ao governo.

Senador reclama do uso desproporcional das Forças Armadas por Israel, que, disse, “tem a maior máquina de guerra entre os países do Oriente Médio”

Tebet cobra esforços para um cessar-fogo imediato no Líbano

Ao lamentar a morte de mais de 750 civis libaneses em consequência de bombardeios israelenses nas últimas semanas, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu ontem, em Plenário, a negociação urgente de um cessar-fogo na região. Ele reclamou do “uso desproporcional das Forças Armadas por Israel contra as populações desarmadas do Líbano”.

– É urgente o cessar-fogo. Os libaneses querem a paz. O Líbano foi sempre da paz e, por sua pluralidade, nunca procurou se armar verdadeiramente para a guerra. Israel, por sua vez, tem a maior máquina de guerra entre todos os países do Oriente Médio e está usando a sua força imensa naquele país pequeno.



Tebet lamenta a morte de mais de 750 civis em consequência dos bombardeios

Tebet criticou a Organização das Nações Unidas (ONU) e as grandes potências por não conseguirem impedir a escalada da guerra e nem fazer cumprir

tréguas anunciadas. Esses acordos de cessar-fogo permitiriam a distribuição de mantimentos aos libaneses atingidos e a retirada de estrangeiros.

Em apartes, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que o exército libanês foi criado apenas para a função de polícia e considerou inaceitável a violência praticada pelas forças militares de Israel. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirmou que cidades libanesas de valor histórico para toda a humanidade “estão sendo completamente destruídas juntamente com sua população, suas mulheres e suas crianças”. Ney Suassuna (PMDB-PB) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT) também apartearam.

Crivella pede que Varig cumpra acordo e fique no Rio de Janeiro

Marcelo Crivella (PRB-RJ) defendeu ontem, em discurso, a permanência da Varig (a nova e a velha) no Rio de Janeiro, onde mantém hangares e instalações de manutenção há seis décadas. Para o senador, caso a VarigLog decida transferir sua direção e manutenção para outro estado, o Rio terá muito mais perda que qualquer outra unidade da Federação com as dificuldades que a empresa enfrenta.

O parlamentar lembrou que o governo do Rio fez um acordo com a Varig, em 2004, pelo qual ressarcia à empresa o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) que a Justiça declarara como de

recolhimento ilegal. Para ele, o Rio cumpriu integralmente o acordo e cabe à empresa manter a sua parte no acordo. “Não é justo que nos passem agora uma rasteira”, disse.

Crivella anunciou ainda a entrega, ao presidente do Senado, do relatório final da CPI da Emigração Ilegal, da qual ele foi presidente. O documento contém propostas legislativas para evitar que mais brasileiros “sejam iludidos e caiam nas mãos de quadrilhas” que exploram pessoas que tentam entrar nos Estados Unidos.

O parlamentar deu boas-vindas a Roberto Cavalcanti Ribeiro, que tomara posse poucos minutos



Crivella lembra que empresa mantém hangares no estado há seis décadas

antes como senador, no lugar de José Maranhão (PMDB-PB), que se licenciou para cuidar da campanha eleitoral. Lembrou que Ribeiro é filiado ao seu partido, o PRB, desde que a agremiação foi criada.

Crivella também se solidarizou com o discurso de Ramez Tebet (PMDB-MS) sobre a violência enfrentada pelo Líbano.



Osmar defende educação infantil em tempo integral no sistema de ensino paranaense

Paraná não investe o mínimo exigido em educação, diz Osmar

Osmar Dias (PDT-PR) defendeu ontem, em Plenário, a permanência mínima de oito horas por dia na escola para os alunos da educação infantil no Paraná. O parlamentar apresentou sua proposta ao registrar que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) apuraram que o governo do Paraná está descumprindo o dispositivo constitucional que exige o investimento de pelo menos 25% de sua receita em educação.

De acordo com Osmar Dias, ao contrário do que a propaganda do governo paranaense anuncia – que a educação é prioridade –, o estado, em vez de 25%, investiu 19,4% em educação, R\$ 1,6 bilhão a menos que o mínimo exigido por lei. Na avaliação do senador, esses recursos, somados às parcerias a serem estabelecidas com os municípios, seriam suficientes para começar a implantar e avançar na educação básica em tempo integral no Paraná. – Se o aluno permanecer o maior tempo possível na escola, receberá ensinamentos que lhe serão caros quando se tornar adulto. Queremos que a criança receba alimentação adequada e, desde cedo, comece a aprender

sobre suas responsabilidades e seus direitos como cidadão. Dessa forma, estaremos criando uma sociedade moderna, mais justa e equilibrada – afirmou o parlamentar.

Veto

Osmar também lamentou o fato de o governador do estado, Roberto Requião, ter vetado duas propostas aprovadas pela assembléia legislativa: a equiparação salarial dos professores com o quadro próprio do Executivo e a criação de um plano de carreira para os servidores da educação básica. O senador comunicou que a bancada do PDT e os partidos aliados votarão pela derrubada do veto referente ao plano de carreira.

Em aparte, o senador Flávio Arns (PT-PR) opinou que os deputados paranaenses de todos os partidos devem se empenhar para derrubar o veto que inviabiliza o plano de carreira dos servidores da educação. Já o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) apoiou a implementação da educação básica em tempo integral. Por sua vez, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) pediu aos deputados e senadores que aprove o projeto de lei do Congresso Nacional (PLN 4/2006) que libera crédito suplementar de R\$ 400 milhões para o ensino médio.



Ideli: projetos vão possibilitar a criação de 9,3 mil vagas em cursos superiores

Ideli comemora resultados de programas federais na educação de SC

A líder do governo, Ideli Salvatti (PT-SC), comemorou os resultados de três programas na área de educação implementados pelo governo federal em Santa Catarina. De acordo com Ideli, a ampliação das vagas em instituições federais de ensino profissionalizante e superior permitirá o atendimento de 10% da população adolescente e jovem de seu estado.

– Para dar a dimensão dos resultados, quando Lula assumiu, o sistema federal de ensino, em Santa Catarina, atendia no máximo a 3% da população adolescente e jovem. Hoje já estamos beirando os 10% – disse.

A senadora informou que, até o fim do ano, o número de alunos atendidos pelas escolas deverá passar de 8 mil para 17 mil estudantes. Ela afirmou ainda que o projeto

de interiorização da Universidade Federal de Santa Catarina e os programas Universidade para Todos (Prouni) e Universidade Aberta do Brasil possibilitarão a criação de 9,3 mil vagas em cursos superiores no estado.

Sanguessugas

Ao final de seu discurso, Ideli elogiou o trabalho da Controladoria Geral da União (CGU) pela descoberta do esquema de

superfaturamento na compra de ambulâncias por prefeituras de vários municípios brasileiros. A senadora lembrou que a fraude só se tornou pública devido à implementação, durante o governo Lula, do sistema de sorteios para escolha das administrações municipais a serem auditadas pela CGU.

Em aparte, Ana Júlia Carepa (PT-PA) manifestou seu apoio ao pronunciamento de Ideli.



Jane Araújo

Jucá argumenta que o período de campanhas não é adequado para debate do tema

Votação da Super-Receita é adiada para depois das eleições

O projeto de criação da Super-Receita, a partir da unificação das secretarias da Receita Federal e da Receita Previdenciária, será votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) depois das eleições. A proposta de adiamento apresentada pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), foi acatada na reunião de ontem.

De acordo com Jucá, a matéria (PLC 20/06) é extremamente complexa, exigindo exame mais aprofundado. Pelo projeto, a nova secretaria integrará a estrutura do Ministério da Fazenda. Terá a competência de arrecadar, fiscalizar, lançar e criar normas sobre a quase totalidade dos impostos e contribuições que cabem à União.

O líder governista argumentou que as mudanças na estrutura da arrecadação tributária podem comprometer o futuro da gestão pública.

– Qualquer governo depende de arrecadação consistente – salientou.

A oposição também apoiou amplamente o adiamento, mas aproveitou para criticar o governo pela mudança de posição quanto à urgência do projeto. O senador César Borges (PFL-BA) lembrou que a primeira proposta para mudar a estrutura da arrecadação foi apresentada

ao Congresso por meio de medida provisória, perdendo a validade por falta de exame dentro do prazo.

– A matéria caducou sem ser aprovada, pois realmente não era para tramitar desse modo.

Jucá reagiu dizendo que o projeto é mesmo urgente, mas que o debate – que precisa ser feito de forma “apartidária” – não pode ocorrer em meio ao clima eleitoral. O líder foi também atendido no apelo ao relator, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), para que apresente um relatório reunindo todas as emendas que foram por ele aproveitadas.

O relator observou que falta consenso em torno da matéria no próprio Executivo, havendo, até mesmo, oposição de ministros. Também refutou críticas, segundo ele, vindas de Jucá, de que algumas emendas aproveitadas ferem o espírito do projeto e vão “inibir” o poder da fiscalização tributária.

– A fiscalização tem que ser dura com o sonegador, mas respeitar o contribuinte – afirmou.

Depois da CAE, o projeto será examinado ainda pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Em seguida, vai para votação em Plenário.

“Essas pessoas, em geral, têm a melhor das intenções, mas não entendem que, assim, farão mal à nação”, adverte senador a respeito de movimento de eleitores

Simon considera “loucura” campanha pelo voto nulo

A opção pelo voto nulo foi condenada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) em discurso pronunciado ontem em Plenário. Ele destacou que há um grande movimento nesse sentido, que refletiria o sentimento de frustração da população com o governo do PT.

Simon também afirmou que os eleitores que pretendem anular seu voto são “honestos, responsáveis e querem manifestar sua revolta e sua mágoa; mas, se fizerem isso, farão o jogo dos piores políticos”.

– Essas pessoas, em geral, têm a melhor das intenções, mas não entendem que, assim, farão mal à nação – declarou, acrescentando que boa parte das pessoas que



Moreira Mariz

Para Simon, intenção de anular o voto reflete frustração com o governo do PT

querem anular o voto são eleitores do próprio PT.

O senador salientou, como exemplo, que prefere ver os eleitores do Rio Grande do Sul votando em outros candidatos ao

Senado – em vez de optar por ele, que disputa a reeleição – em vez de votando nulo ou em branco.

Simon destacou ainda que se reuniu ontem com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Marco Aurélio, a quem teria alertado para “os sinais graves” da tendência favorável ao voto nulo, os quais poderão levar, de acordo com ele, a “conseqüências muito funestas”.

– Votar nulo é um absurdo; é uma loucura – disse.

O discurso de Simon recebeu apartes dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Heloísa Helena (PSOL-AL), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG).

Suassuna demonstra preocupação com onda de violência na Paraíba

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) expressou ontem, em discurso no Plenário, sua preocupação com a seqüência de atentados que atingiu São Paulo, em julho passado, e acabou se alastrando por alguns estados, como a Paraíba. Segundo comentou, a onda de violência na Paraíba mostrou-se proporcionalmente maior que em São Paulo, uma vez que sete dos 700 agentes penitenciários do estado morreram em confronto com os presos. O saldo da violência paulista foi de 11 mortes entre 28 mil agentes penitenciários.

Além do assassinato dos agen-

tes paraibanos, o peemedebista relatou a morte dos diretores dos presídios de Mangabeira e Santa Rita. A representação sindical dos agentes penitenciários diz que a vulnerabilidade desses servidores está ligada à defasagem do efetivo. Dessa forma, reivindica a contratação de mais agentes e a construção de novas penitenciárias para reforçar o sistema de segurança pública do estado.

– Trata-se de uma situação limite, que impacta na vida da nação e pode se desdobrar mais e mais – advertiu.

Suassuna também conclamou um esforço suprapartidário e



Moreira Mariz

Suassuna: sete dos 700 agentes penitenciários foram mortos no estado

extra-eleitoral para enfrentar o problema. Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou ter enviado ofício ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, pedindo informações sobre o cumprimento das ações federais de segurança pública prometidas para São Paulo.

Roberto Cavalcanti: “a Paraíba é o meu barco”

Em discurso poucas horas depois de ter assumido a cadeira de senador, no lugar de José Maranhão (PMDB-PB), Roberto Cavalcanti (PRB-PB) se declarou “um típico classe média”.

Economista, filho de médico, professor universitário e antropólogo e de uma assistente social, Roberto Cavalcanti afirmou que conhece bem os problemas do país e da Paraíba e que, antes

de tomar posse, procurou ouvir os dirigentes de instituições de ensino, religiosos, empresários e trabalhadores de sua terra para conhecer “suas angústias e suas sugestões”.

– A Paraíba é o meu barco. Ele pode ser pequeno, mas é dele que devo cuidar – afirmou.

Em aparte, Marco Maciel (PFL-PE) disse que conhece Roberto Cavalcanti e o considera um em-

presário de sucesso. Lembrou que o senador é filho do antropólogo René Ribeiro que, “juntamente com Gilberto Freire, muito contribuiu para melhor conhecimento da realidade sócio-cultural do Nordeste”. Ney Suassuna (PMDB-PB) frisou que Cavalcanti, que também atua na área de comunicações, “conhece profundamente a alta do paraibano” e, por isso, representará bem o estado.



Roosevelt Pinheiro

Cavalcanti (E), ao lado de Renan, reafirma seu compromisso com os paraibanos

Conforme proposta, recursos do fundo serão oriundos de diversas fontes, como participação acionária da União e exploração de petróleo e gás natural

Aprovado fundo para financiar a renda básica de cidadania

Projeto de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que autoriza o Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania foi aprovado ontem, em votação terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), nos termos de substitutivo apresentado pelo relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP). O fundo se destina ao financiamento da renda básica de cidadania.

Conforme a proposta (PLS 82/99), constituirão recursos da renda básica de cidadania, além das dotações orçamentárias da União, 10% da participação acionária da União nas empresas públicas e sociedades de economia mista. Também integrarão o fundo, entre outras fontes, recursos oriundos da concessão de serviço público e de obra pública, bem como da permissão ou autorização para a prestação



Iniciativa de Suplicy foi acolhida em decisão terminativa pela CAE

desses serviços; da autorização ou concessão das atividades de pesquisa e lavra de recursos minerais; e da contratação, com empresas estatais ou privadas, das atividades de pesquisa e lavra de jazidas de petróleo e gás natural.

O repasse do dinheiro ao Cidadania será feito nos mes-

mos prazos legais estabelecidos para a distribuição do Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Para gerir o fundo, segundo a proposta, deve ser instituído um conselho deliberativo composto de nove membros e respectivos suplentes.

O quadro de membros deverá ter cinco representantes da sociedade civil, dos quais um dos beneficiários ou de organizações de beneficiários do programa Renda Básica de Cidadania, um das entidades e organizações de assistência social e três de notório saber nas áreas de assistência social, de educação e de economia. Haverá ainda quatro representantes do governo federal que atuem no âmbito desse programa. Os recursos do Cidadania vão integrar o orçamento da Seguridade Social.

Piso salarial para professores da rede pública passa em comissão

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem, por unanimidade e em decisão terminativa, projeto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que autoriza o Poder Executivo a instituir piso salarial profissional nacional dos educadores públicos. Emenda da relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), estabelece que no ano seguinte ao de sanção da lei, os professores com formação de nível médio terão o piso salarial fixado em R\$ 800 e os habilitados em nível superior, em R\$ 1,1 mil.

Pela proposição (PLS 59/04), para os exercícios subsequentes, o piso será fixado por lei de iniciativa do Executivo. O piso, a ser

instituído no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, será garantido aos profissionais que cumpram jornada de trabalho de 40 horas semanais. No caso dos professores, dois terços dessa carga horária devem ser dedicados à atividade docente.

O texto define que o piso constituirá o limite mínimo do salário inicial das carreiras dos profissionais da educação e, para a sua aplicação, também devem ser observadas a formação dos profissionais e a regularidade do vínculo contratual.

Os recursos para a implantação, determina o projeto, serão prove-



Lúcia Vânia oferece parecer favorável à proposta de autoria de Cristovam Buarque

nientes do montante previsto no art. 212 da Constituição – que trata da aplicação, pela União, de nunca menos de 18%; e, pelos estados, DF e municípios, de 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, incluída a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

Automóvel cai em fosso lateral do Senado

No final da manhã de ontem, um automóvel Renault Clio, dirigido por Roberto Nascimento, caiu no fosso lateral do Senado Federal, depois de ser atingido por outro Renault Clio, dirigido pelo servidor do Senado Vicente Júnior. O air bag do veículo foi acionado e impediu que Roberto sofresse escoriações.

Ao cair, o automóvel atingiu o sistema de ar-condicionado da Casa, provocando vazamento de gás que foi controlado pelos funcionários da Polícia Legislativa. O barulho do vazamento provocou tumulto entre as pessoas que trabalham ou circulam nas proximidades do Plenário.

Os envolvidos apresentaram

versões contraditórias. Roberto disse que estacionava na via lateral da Esplanada dos Ministérios, para ir à agência do Banco do Brasil no Senado, quando seu carro foi atingido. Vicente, por sua vez, alegou que dirigia em baixa velocidade e que o outro carro saía da vaga sem sinalizar.



Lobão (D), ao lado de Wellington Salgado, apresenta voto pela aprovação do projeto

Estudante poderá ter seguro para pagar escola se perder emprego

Parecer favorável a projeto do então senador Carlos Bezerra que instituiu o seguro educacional foi aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE). O objetivo é auxiliar o estudante a pagar mensalidades escolares quando perder o emprego e não puder mais arcar com as despesas. A proposta será analisada agora pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

De acordo com o projeto (PLS 226/02), que tem como relator o senador Edison Lobão (PFL-MA), o seguro também pode ser estendido ao responsável pelo

pagamento das despesas escolares, quando a mensalidade não for paga pelo próprio estudante.

O presidente da CE, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), destacou que o estudante brasileiro há muito espera por uma legislação que possibilite contratar seguro para custear sua educação.

A Comissão de Educação também aprovou seis projetos de decreto legislativo que permitem a exploração de serviço de radiodifusão sonora em cidades de Santa Catarina, Minas Gerais, Bahia, Acre e Amazonas.

Cotas raciais serão debatidas amanhã em audiência conjunta

Os reflexos do Estatuto da Igualdade Racial (PLS 213/03) e das ações afirmativas serão debatidos em audiência pública conjunta das comissões de Educação (CE), Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) amanhã, a partir das 10h. A audiência foi proposta pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

Deverão participar da primeira parte da reunião, que terá início às 10h, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Tarso Genro, o ministro da Educação, Fernando Haddad, e a ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (Seppir), Matilde Ribeiro.

A segunda parte será realizada a partir das 14h e deverá contar

com a participação do diretor da organização não-governamental Educação e Cidadania de Afro-Descendentes e Carentes (Educafro), Frei Davi, e dos professores José Jorge de Carvalho, da Universidade de Brasília (UnB), e Peter Fry e Yvonne Maggi, ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Paim é o autor do Estatuto da Igualdade Racial, que foi aprovado no início de novembro do ano passado pelo Senado, e atualmente tramita na Câmara dos Deputados.

O estatuto prevê mecanismos indutores da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho e cria sistema de cotas em favor da população afro-brasileira nas universidades públicas.



Ao cair, Renault Clio atingiu sistema de ar-condicionado da Casa, provocando vazamento